



SEÇÃO: DOSSIÊ

Cultura política e apoio à democracia: comparações entre Brasil e Venezuela

Cultura política y apoyo a la democracia: comparaciones entre Brasil y Venezuela

Domingos Sávio

Campos de Azevedo¹

orcid.org/0000-0002-7482-8228
dsavio.azevedo@gmail.com

Fernanda Weirich¹

orcid.org/0000-0003-4267-2537
fernandaweirichh1@gmail.com

Recebido em: 22/03/2021.

Aprovado em: 31/05/2021.

Publicado em: 01/12/2021.

Resumo: Objetiva-se estabelecer comparação entre Brasil e Venezuela a partir dos dados do Latinobarômetro 2018, referente ao apoio à democracia. Ambos os países citados na análise percebem sua economia como negativa, possuem índices de desenvolvimento humano semelhantes, no entanto, o Brasil possui um índice maior de desigualdade social, apontado pelo Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade. Considerando essas variáveis importantes para o desenvolvimento do apoio à democracia, busca-se entender como afetam ou não a forma como os cidadãos percebem os regimes de governo em seus respectivos países. Apesar de ambos os países reconhecerem a má situação econômica que enfrentam, o apoio à democracia se dá de forma muito diferente. A Venezuela lidera o ranking de apoio à democracia e rejeição a regimes autoritários, já o Brasil, indica um índice de apoio à democracia bem menor. Ao final do artigo, trazemos nossas breves considerações finais, apontando questionamentos que possam dar seguimento a esse debate tão importante no período que a América Latina atravessa.

Palavras-chave: Cultura política. Democracia. Brasil. Venezuela.

Resumen: El objetivo es establecer una comparación entre Brasil y Venezuela a partir de los datos del Latinobarómetro 2018, referidos al apoyo a la democracia. Ambos países mencionados en el análisis perciben su economía como negativa, tienen índices de desarrollo humano similares, sin embargo Brasil tiene un índice más alto de desigualdad social, como lo indica el Índice de Desarrollo Humano. Considerando estas importantes variables para el desarrollo del apoyo a la democracia, buscamos entender cómo afectan o no cómo los ciudadanos perciben los regímenes de gobierno en sus respectivos países. Se encontró que aunque ambos países reconocen la mala situación económica que atraviesan, el apoyo a la democracia se da de manera muy diferente. Venezuela lidera el ranking de apoyo a la democracia y rechazo a los regímenes autoritarios, mientras que Brasil indica una tasa de apoyo a la democracia mucho menor. Al final del artículo, traemos nuestras breves observaciones finales, señalando cuestiones que pueden dar continuidad a este importantísimo debate en el período que atraviesa América Latina.

Palabras clave: Cultura política. Democracia. Brasil. Venezuela.

Introdução

O momento atual que a América Latina atravessa é marcado por inúmeros fenômenos sociais, políticos e econômicos, que precisam ser analisados para que possamos entender a realidade e buscar alguma previsibilidade para o futuro. A América Latina é composta por 20 países, englobando a América do Sul e Central, com exceção da Guiana, Suriname, Belize e Jamaica, além de, também, incluir o México, país da América do Norte. O Brasil é o maior país da América Latina, em questão de territorialidade e população. Já a Venezuela, o outro país escolhido no recorte de



¹ Universidade Federal do Pampa, São Borja, RS, Brasil.

pesquisa deste artigo, não possui tanto território nem uma densidade populacional tão elevada como Brasil, no entanto, os dados apontados na pesquisa Latinobarómetro feita em 2018 mostram que os dois países possuem algumas diferenças e semelhanças interessantes de serem analisadas.

O que nos chama a atenção e nos leva a estabelecer esse recorte de pesquisa é a grande diferença nos índices de apoio à democracia, por parte da população nesses países. Brasil e Venezuela possuem índices semelhantes em relação à economia, de acordo com os dados do Informe Latinobarómetro 2018, no entanto, os dados em relação ao apoio à democracia possuem grande diferença nos índices. Além dos índices negativos em relação à economia, Brasil e Venezuela possuem outras semelhanças, como, por exemplo, ambos são Repúblicas Federativas, que adotaram o sistema presidencialista para dividir o poder e governar o território nacional, e se classificam como regimes democráticos, ainda que haja rumores de autoritarismo — muito mais fortes na Venezuela do que no Brasil. São países vizinhos, separados por uma fronteira seca e, além disso, possuem grandes reservas de petróleo, o que faz com que a atenção mundial esteja voltada para os acontecimentos políticos dessas regiões.

Nesse sentido, escolhemos esse recorte de pesquisa por enxergar pontos muito importantes na análise dos dados apresentados no Informe Latinobarómetro de 2018, especialmente quando comparamos os países em questão. O Brasil enfrenta um período de crise política e econômica, que vem tomando proporções majestosas desde meados de 2013, quando se iniciou um período de protestos e manifestações populares que repercutiram no mundo todo, assim como a Venezuela, que também enfrenta um período marcado por conflitos, instabilidade e autoritarismo.

Este artigo buscou, de forma sucinta, tratar da temática da cultura política da América Latina e alguns fatos importantes sobre o contexto de ambos os países, para que, assim, a interpretação dos dados seja compreendida dentro dessa linha de análise. O intuito principal é levantar um aporte teórico que embase os dados apresentados, com-

parando os países citados e buscando explicar as diferenças pela teoria da cultura política. Em um primeiro momento, tratamos da cultura política da América Latina, expondo alguns traços característicos e fenômenos que influenciam no comportamento e nas atitudes políticas dos cidadãos dos respectivos países. A seguir, expomos alguns fatos e acontecimentos recentes, para contextualizar a situação na qual Brasil e Venezuela se encontram. Após contextualizar o leitor, apresentamos algumas análises dos dados contidos no Informe Latinobarómetro 2018, fazendo comparações e buscando compreender melhor como a cultura política da América Latina explica tais comportamentos e auxilia na promoção e manutenção de um regime democrático de qualidade.

Cultura política na América Latina

Historicamente, a América Latina presenciou diversos períodos de autoritarismo ao longo da história. A construção da cultura política de participação se deu em meio a períodos autoritários e períodos democráticos, no entanto, sem muito incentivo ou preparação para o exercício da cidadania. Mesmo em períodos autoritários, nos quais a participação dos cidadãos no meio político não era incentivada e, até mesmo, suprimida, como no caso de regimes ditatoriais, houve manifestações, protestos, movimentos que lutavam por direitos, por liberdades e, até mesmo, pela democracia e o direito de participar, como no caso das "Diretas Já" no Brasil, entre 1983 e 1984, que reivindicava eleições diretas para presidente em meio a um regime militar, ou o caso mais recente da Venezuela, no qual ainda ocorrem protestos e manifestações em defesa da democracia, que muitos afirmam estar em risco ou até mesmo desaparecida a partir dos governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro.

O individualismo está presente de forma muito visível na cultura política dos latinoamericanos, é algo construído na socialização política desde a infância. Isso dificulta a construção de um sentimento de coletividade, pertencimento e solidariedade, que é extremamente importante em regimes democráticos representativos, pois é preciso haver

confiança do cidadão no sistema político, em seus representantes e, também, na justiça, para que, assim, a democracia representativa funcione bem por meio das instituições. De acordo com Arendt (1981), o individualismo moderno nasce e ganha força à medida que o mundo público tradicional vai decaindo, e, com isso, o afastamento do cidadão do mundo político tende a aumentar.

Segundo Baquero (2011, 15):

Esse tipo de individualismo torna as pessoas mais livres das instituições tradicionais que propiciavam as bases de construção de identidades coletivas principalmente partidos e sindicatos, mas, ao mesmo tempo, torna-as vazias e frágeis, pois a construção de uma nova identidade coletiva se torna problemática. Em tais condições, os cidadãos não são estimulados ou não mostram interesse em participar da vida política.

Desse modo, embora o sistema democrático tenha se manifestado na forma de democracias representativas, a representação política continua a ser predominantemente monopolizada pelos partidos políticos, os quais, de forma geral, têm se mostrado ineficientes na sua função de mediação política entre Estado e sociedade.

A crise de representação política não se restringe a apenas Brasil e Venezuela, mas se estende a outros países da América Latina, se tornando um fenômeno comum. Em um regime democrático, é importante que o governo e os representantes políticos tenham legitimidade, seja ela jurídica ou social. De acordo com Baquero (2011, 19) mesmo que os governos latinoamericanos tenham feito "avanços poliárquicos", produzindo uma legitimidade jurídica maior sobre as instituições, os mesmos não conseguiram produzir, na população, uma legitimidade social. Isso significa dizer que, mesmo que os governos possuam a legitimidade jurídica, a força da lei e instituições que a faça cumprir, isso não gerou sentimento de representatividade e confiança por parte dos cidadãos, pelo contrário, o ceticismo, a desconfiança e o afastamento político continuam a crescer.

Com o enfraquecimento da representatividade, o descontentamento e a desconfiança no sistema político e, também, nas demais instituições e agências de socialização, o que se desenvolve é uma cultura política de não participação e apatia política. O cidadão tende a se afastar do mundo

político e acredita que a atuação política se torna "coisa dos outros" (Moisés 1990, 18).

Somado a isso, também há a variável econômica, que, segundo Baquero et al. (1998), influencia diretamente na forma como os cidadãos percebem o regime democrático, associando a sua qualidade de vida, situação econômica e poder de compra à qualidade e eficiência do regime democrático em vigor. Logo, o que Schimidt (2001, 38) chama de "cidadão sofisticado", ou seja, aquele "que se interessa por política, que procura informação, que é participativo e cioso dos seus direitos", se torna cada vez mais raro, e o que se torna regra é o eleitor consumidor, que escolhe seus representantes baseado, unicamente, em ganhos e benefícios próprios, não levando em consideração pautas do bem-estar coletivo.

Nesse contexto:

O eleitor passa a ser visto como um apoiador partidário conjuntural sem conteúdo ideológico, o que ocasiona um enfraquecimento gradual dos discursos narrativos que, no passado, catalisavam as identidades coletivas com base em princípios ideológicos.

A nova configuração do campo político produz cidades politicamente desinteressadas, cujas preocupações cotidianas são influenciadas pelo capitalismo moderno que enfatiza a possessão de bens materiais, o consumo desmedido e a competição desenfreada. (Baquero 2011, 16).

Ao passo que o individualismo enfraquece a participação e a representatividade, ele também fortalece alguns fenômenos que já são típicos na cultura política da América Latina, tais como o personalismo, o clientelismo e o populismo. Se as instituições, principalmente os partidos políticos, falham em estabelecer essa ligação entre a sociedade e o Estado, catalisando esses conflitos e descontentamentos para serem resolvidos por meio da política, o político populista pode ocupar esse espaço, sendo o mediador dessa relação. E, assim, se criam as imagens de "salvadores da pátria", dos políticos que se apresentam como solucionadores milagrosos dos problemas apresentados.

A herança dos períodos autoritários vividos na América Latina, juntamente com os fenômenos já citados anteriormente, corroboram para a

criação de uma cultura política de apatia, ceticismo, distanciamento e desconfiança em relação à política e à participação. Assim, como afirma Baquero (2011, 21):

As culturas políticas latino-americanas, de maneira geral ao longo de suas histórias, têm-se mostrado céticas ou indiferentes com a política e suas instituições. O resultado desse processo não contribuiu para construir as bases de uma tradição republicana como nos países mais democráticos. As interrupções autoritárias, além de práticas políticas deletérias, diminuíram a possibilidade de sedimentar uma base de apoio normativo à democracia. Daí a importância dos esforços para entender por que os cidadãos adotam atitudes e comportamentos de passividade e, em alguns casos, de repúdio aos princípios democráticos e também de identificar e avaliar o sentido do jogo político, da representação política, da mediação política e das lutas pelo poder sob uma institucionalidade democrática de caráter poliárquico.

Ainda sobre a cultura política da América Latina, Baquero explicita que:

Pode-se afirmar que a América Latina transitou para a democracia sem antes ter construído organizações e valores de sua promoção. Não se observam, nesses países instituições sólidas, o comportamento político é amador e pouco crítico, os partidos políticos sofrem de falta de credibilidade e são considerados pouco representativos das demandas da população e a construção da cidadania é constrangida pela ausência de gestores públicos, como Michels (1952) diria "moralmente capazes e tecnicamente competentes". (Baquero 2011, 26).

Diante da breve discussão acerca da cultura política da América Latina, exposta aqui, pode-se perceber que a variável comportamental e histórica se torna fundamental nas análises que buscam compreender a estabilidade e a qualidade da democracia nos países da região. Apesar de Brasil e Venezuela serem países muito diferentes, com peculiaridades específicas, é possível reconhecer alguns traços semelhantes na cultura política deles, especialmente no que se refere às suas raízes históricas. Ambos foram marcados por períodos autoritários e possuem traços muito fortes de personalismo, clientelismo e populismo na sua cultura política. Além disso, possuem histórico recente de crises econômicas, políticas e sociais e de uma forte polarização entre os espectros polí-

ticos da esquerda e direita. A seguir, apresenta-se mais algumas características da história recente, consideradas importantes para a análise dos dois países, também com o objetivo de contextualizar o momento atual e seus acontecimentos.

Brasil

Historicamente, o Brasil sempre foi um exportador de *commodities*, sendo a mais estratégica na geopolítica internacional o petróleo. Para Zaine (2017), a Empresa Brasileira de Petróleo (Petrobras), que foi criada em 1953, durante o governo Vargas, teve como objetivo a prospecção e gestão do petróleo no Brasil. Segundo Zaine (2017, 2), "em 2005, foi descoberto um campo gigantesco de petróleo na bacia de Santos, denominado campo de Tupi, que se tornou uma das mais importantes bacias para exploração de petróleo em alto mar." De acordo com o autor, os técnicos afirmam que a "camada do pré-sal" se formou há mais de 150 milhões de anos, e o seu petróleo é de alta qualidade, um óleo leve (Zaine 2017).

Os estudos feitos demonstram que as rochas do pré-sal têm 800 km de extensão no litoral brasileiro, de Santa Catarina até o Espírito Santo, 200 km de largura e capacidade de produzir 1,6 trilhões de metros cúbicos, somando óleo e gás, tornando o país um dos maiores produtores potenciais de petróleo do mundo. Como diz Zaine (2017, 02), "o campo de Tupi é responsável por cerca de 10 bilhões de barris de petróleo, o bastante para elevar as reservas da Petrobras em até 60%." No contexto mundial, a descoberta desse campo de petróleo coloca o Brasil na sexta posição entre os grandes produtores mundiais de petróleo, ficando abaixo somente da Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Emirados Árabes.

Assim, durante o segundo governo Lula, já com crescimento econômico e redistribuição de renda consistentes, existia um projeto de investir o dinheiro gerado pelo pré-sal em saúde e educação, ampliando, assim, os bem-sucedidos programas de transferência de renda, gerando renda a partir da transferência de capital cultural via educação (Victorino 2019). Daí vem o temor dos setores privados produtivos e do mercado financeiro de

que o Estado gaste mais do que arrecada para viabilizar a produção de todo esse potencial energético que o Brasil descobriu, perdendo, assim, o compromisso neoliberal com o equilíbrio fiscal.

Os primeiros sintomas do modelo neoliberal no Brasil, para Fonseca e Silva (2020, 63), "surgiram nas manifestações de 2013. Os protestos aconteceram, inicialmente, contra o aumento das tarifas nos transportes públicos. A pauta inicial, foi sequestrada por grupos minoritários que demonizavam a política e também o Estado". Para uma possível solução, a fim de reverter tal panorama, o discurso dos políticos neoconservadores e de parte dos manifestantes passou a exigir a volta para um modelo de governo neoliberal, baseado no individualismo e na meritocracia.

Como nos diz Fonseca e Silva (2020, 62), "o problema é que esse discurso, que privilegia a autonomia do indivíduo como símbolo da liberdade, mantém todas as estruturas da vida social à mercê dos interesses econômicos, eliminando, paralelamente, outras formas de pensamento político". Em nosso país, observamos tal movimento com a volta do projeto neoliberal, na sua face mais visível em 2016, com o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Porém, o processo de cassação da chapa Dilma e Temer, por cometerem crimes eleitorais, que correu no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi rejeitado por quatro votos a três e não comprovou qualquer uso de dinheiro ilícito nas campanhas. Com relação às manifestações populares realizadas contra o governo Dilma, mesmo que entre dois e seis milhões de manifestantes tenham saído às ruas em 2016 (G1 2016), a presidente foi eleita pelo voto da maioria dos brasileiros, ou seja, 54 milhões de pessoas.

As regras democráticas devem ser respeitadas, mas, em 2016, elas podem não ter sido. Medidas econômicas da presidente Dilma foram muito criticadas, como taxas de juros artificialmente baixas, redução subsidiada das tarifas de energia, desoneração de setores da indústria. Medidas essas que acabaram pressionando as contas públicas e, segundo o receituário neoliberal, levaram à necessidade de criar um ajuste fiscal,

gerando uma desconfiança dos investidores e consumidores brasileiros. Como resultado, o país entrou em recessão, inflação alta, com o dólar muito valorizado (Victorino 2019).

Em 2018, houve novas eleições, sendo eleito Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), eleito para Presidente da República Federativa do Brasil, depois de ter disputado o segundo turno com Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT). A polarização política, que já existia antes, se intensifica, para Fonseca e Silva (2020, 62), "com a chegada de Jair Messias Bolsonaro ao poder, em 2019, esse programa foi abertamente colocado como agenda de governo, com majoritário apoio, nunca devemos esquecer, do Congresso Nacional". Nesse ponto, mais uma vez, recessão, inflação alta e dólar muito valorizado passaram a fazer parte da realidade dos brasileiros em 2021, na segunda metade do governo Bolsonaro.

Venezuela

Na Venezuela, o petróleo também é um fator importante para entendermos tanto a política externa como a interna. Segundo Zero (2017, 01), "em 1957, foi celebrado o Pacto de Punto Fijo, articulado pelos EUA, pelo qual os partidos tradicionais e conservadores aceitaram alternar-se no poder, sem permitir a entrada de novos partidos". Os Estados Unidos da América (EUA) tinham como objetivo garantir uma estabilidade política na Venezuela, pois o país tem grande importância como um fornecedor de petróleo muito próximo. Para Zero (2017, 01), "a Venezuela está sentada na maior reserva provada de petróleo do mundo. São 298,3 bilhões de barris, ou 17,5% de todo o petróleo do mundo". A quatro ou cinco dias por mar das grandes refinarias do Texas, essa reserva de petróleo era estratégica, quando comparada com as reservas de petróleo dos países árabes, que estão entre 35 a 40 dias, também por mar, do maior consumidor de óleo do planeta, os EUA.

Como dizem Delgado et al. (2017, 12), "desde o início do século XXI até 2014, a Venezuela foi capaz de transformar as receitas elevadas do petróleo em ambiciosos programas sociais e alavancar o gasto público e a presença estatal na economia".

Os serviços públicos, a partir das "*Misiones Bolivarianas*" e da transferência de renda para classes mais necessitadas, foram estimulados junto com a participação popular na política, que foi muito difundida nas zonas periféricas a partir dos "*Círculos Bolivarianos*". Assim, as políticas públicas de distribuição de renda e o crescimento econômico diminuíram a pobreza pela metade, em 1998, e para perto de um terço, em 2013. No mesmo período, a desigualdade foi reduzida a uma das menores taxas da América Latina. (Delgado 2017; Zero 2017).

Para Zero (2017, 01), "o chavismo, entretanto, foi além e organizou e mobilizou as massas destituídas da Venezuela, bem como passou a dominar setores importantes do aparelho de Estado, como as Forças Armadas e o poder judiciário". Assim, as oligarquias venezuelanas perderam um de seus mais importantes instrumentos de intervenção no jogo político. Essa conjuntura do passado recente nos ajuda a entender a radicalidade da atual conjuntura da política venezuelana. Para Zero (2017, 01):

Como todos sabem, a reação das oligarquias ao chavismo não tardou. Além do conhecido golpe de 2002, que quase resultou na execução de Chávez, houve também o processo conhecido como "paro petrolero", a suspensão das atividades da PDVSA, a estatal do petróleo da Venezuela.

A suspensão do funcionamento da petroleira venezuelana (PDVSA), sob controle das oligarquias, gerou uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) de 18%, entre 2002 e 2003, junto com um aumento da inflação, dos preços dos produtos básicos, do subemprego e desemprego (Zero 2017). Para Zero (2017, 01):

Com a morte de Chávez, em 2013, a oposição radicalizada da Venezuela, considerou que poderia derrotar facilmente o sucessor na revolução bolivariana. Entretanto, a vitória de Maduro sobre Capriles, ainda que por pequena margem, frustrou as expectativas da oposição.

Assim, entre 2013 e 2016, a radicalização do processo político, por parte da oposição de direita, resultou na morte de cerca de 46 pessoas, na sua grande maioria chavistas (Zero 2017). Para Delgado et al (2017, 12), "Nicolás Maduro foi eleito em 2013 como candidato do oficialismo que daria conti-

nuidade à revolução bolivariana". Maduro passou a controlar os poderes legislativos da Assembleia Nacional e do Tribunal Supremo, motivado pela crise da PDVSA, que se encontrava numa quase inadimplência. Esse movimento político de Maduro foi visto como uma tentativa, por parte do poder Executivo, para se ver livre da resistência do Legislativo, que não queria aprovar a associação da PDVSA com petroleiras estrangeiras.

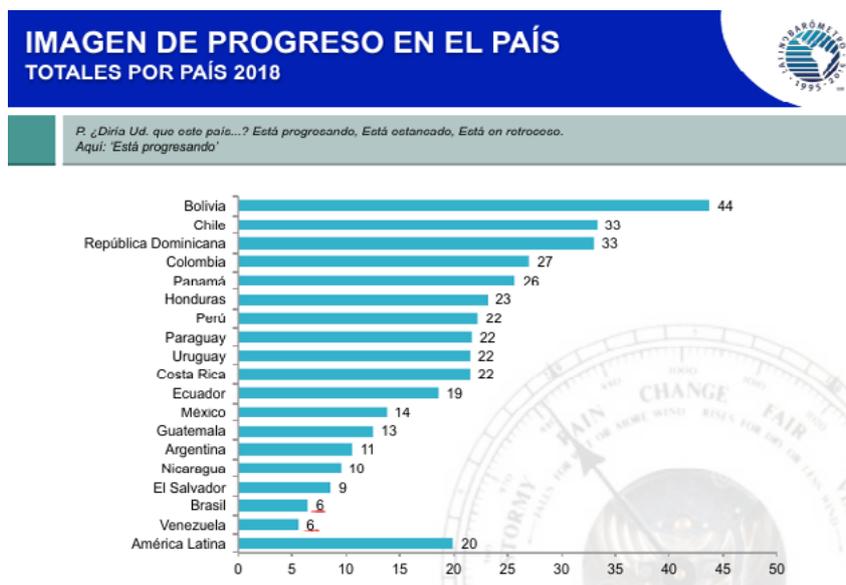
Para Delgado et al. (2017, 12), "a crise política e o ambiente de instabilidade na Venezuela têm dificultado as operações das empresas de petróleo no país". As petroleiras estrangeiras, como Chevron e Statoil, têm procurado outras possibilidades fora do país, para recolocar os seus funcionários, por causa da insegurança nas cidades da Venezuela. Já o governo, não quer perder o legado de conquistas sociais dos governos de Hugo Chávez para as classes mais pobres. A grande preocupação, segundo Zero (2017, 01), "é impedir retrocessos sociais, como os que ocorrem atualmente no Brasil, e criar mecanismos econômicos que levem a Venezuela a ampliar a base produtiva de sua economia, de modo a superar definitivamente a sua dependência dos hidrocarbonetos".

Dados Latinobarómetro

A corporação Latinobarómetro é uma ONG sem fins lucrativos que realiza, desde 1995, pesquisas de campo nos países da América Latina, formando um rico banco de dados, que apresenta análises sobre o comportamento, expectativas e opiniões dos cidadãos em relação ao seu país, o governo e a economia. O último informe de dados é o da pesquisa realizada em 2018, em 18 países da América Latina.

De acordo com os dados apresentados no Informe Latinobarómetro de 2018, a América Latina apresentou o percentual mais baixo de progresso nos países em 21 anos de pesquisa, na opinião dos cidadãos entrevistados. Conforme podemos ver no Gráfico 1, a seguir, Brasil e Venezuela estão empatados em último lugar, com apenas 6% dos entrevistados afirmando que o país estava em progresso em 2018. Ambos os países ficaram muito abaixo da média da América Latina.

Gráfico 1 – Imagem de progresso no país.



Fonte: Latinobarómetro, 2018. Grifo nosso.

Os dados relacionados à economia também são parecidos entre os países. Quando perguntados sobre sua situação econômica, apenas 6% dos entrevistados brasileiros afirmaram ter uma situação econômica boa ou muito boa, enquanto na Venezuela esse índice cai para 1%, ambos os países ocupando novamente as últimas posições do ranking dos 18 países. Já em relação à resposta "situação má ou muito má", os índices aumentam exponencialmente: Brasil ocupa o segundo lugar no ranking, com 62% e Venezuela fica em primeiro lugar, com cerca de 83%. Isso nos mostra que, em ambos os países, os cidadãos enxergam a situação econômica como ruim e não estão satisfeitos, além disso, também não percebem progresso no seu país.

Se considerarmos o que é exposto por Baquero (1998), sobre o apoio à democracia estar relacionado com a situação econômica em que se encontra o cidadão, logo, teríamos um baixo índice de apoio à democracia em ambos os países, já que os cidadãos apontam a situação econômica como má ou muito má. Conforme Baquero (1998, 18):

A conjugação de fatores histórico-estruturais que prevalecem presentemente, num cenário de condições econômicas incertas e instáveis, ao lado de políticas excludentes para a maioria da população e da falta de uma qualidade de vida que atenda à exigências mínimas e básicas de cidadania, contribui para que o credo democrático não consiga enraizar-se nos cidadãos. Pelo contrário, o que parece ser a norma é a desconfiança, o temor e o cinismo dos cidadãos em relação à política e aos seus representantes. (Baquero 1998, 18).

No entanto, não é o que se percebe ao analisar os índices de apoio à democracia expostos na mesma pesquisa. Conforme vemos no Gráfico 2, a Venezuela, mesmo apresentando o pior índice em relação à situação econômica, lidera o ranking de apoio à democracia, com 75% dos entrevistados afirmando apoiar a democracia acima dos outros regimes de governo. Já o Brasil, que também apresenta índices altos de percepção negativa da situação econômica, os índices de apoio à democracia não se comparam aos da Venezuela. O Brasil aparece nos últimos lugares do ranking com 34%, menos da metade do apoio que a Venezuela apresenta.

Gráfico 2 – Apoio à democracia.



Fonte: Latinobarómetro 2018. Grifo nosso.

A notável diferença, nos índices de apoio à democracia, nos dois países não ocorre somente em 2018, os índices da Venezuela se apresentam bem maiores que os do Brasil em todas as pesquisas feitas desde 1995. No Gráfico 3, é possível observar os índices de apoio à democracia longitudinalmente, desde 1995 a 2018. É importante atentar que no Brasil esse índice varia muito, ficando, em poucos anos fica acima de 50% e em 2018 apresentou o seu menor índice, em 21 pesquisas realizadas no período de 23

anos, cerca de 34% de apoio, apenas. Os índices da Venezuela se mantêm todos acima de 50%, além disso, dentre os 18 países nos 21 anos que foi aplicada a pesquisa, o maior índice de apoio registrado é na Venezuela, no ano de 2013, com cerca de 87% de apoio. Se calcularmos a média de apoio, registrados nos dados contidos no Gráfico 3, a Venezuela registra, em média, 72,52% de apoio à democracia, enquanto o Brasil tem, em média, 43,28%, um pouco mais da metade do que registra a Venezuela.

Gráfico 3 – O apoio à democracia por país e ano (1995–2018).

TABLA 3— EL APOYO A LA DEMOCRACIA POR PAÍS Y AÑO 1995 – 2018
PAISES EN QUE DISMINUYE EL APOYO A LA DEMOCRACIA 2017- 2018

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2013	2015	2016	2017	2018	DIFERENCIA
Paraguay	52	59	45	51	45	35	41	39	39	32	41	33	53	45	49	54	50	44	55	59	40	-19
Ecuador	0	52	41	57	52	40	47	45	46	43	54	65	56	43	64	61	62	71	67	69	50	-19
Argentina	76	71	75	73	71	57	65	69	64	66	74	63	60	64	66	70	73	70	71	68	58	-10
R. Dominicana	0								65	60	71	64	73	67	63	65	60	63	60	54	44	-10
Brazil	41	50	50	48	38	30	37	35	41	37	46	43	47	55	54	45	49	54	32	43	34	-9
Uruguay	80	80	86	81	83	79	77	78	78	77	77	75	79	81	75	75	71	76	68	70	61	-9
Guatemala	0	50	48	54	39	33	45	33	35	32	41	32	34	14	46	36	41	33	31	36	28	-8
El Salvador	0	56	66	79	55	25	40	45	50	59	51	38	50	68	59	54	49	41	36	35	28	-7
Bolivia	0	64	66	55	60	54	52	50	45	49	58	67	68	71	68	64	61	65	64	59	53	-6
Colombia	0	60	69	55	40	36	39	46	46	46	53	47	62	49	60	55	52	55	54	58	54	-4
Panamá	0	75	71	71	61	34	55	51	64	52	55	62	56	64	61	60	49	44	45	46	42	-4
Venezuela	60	62	64	60	61	57	73	68	74	78	70	67	82	85	84	77	87	84	77	78	75	-3
Perú	52	63	60	63	59	62	55	50	45	40	55	47	45	52	61	54	56	56	53	45	43	-2
Honduras	0	42	63	57	64	57	57	55	46	33	51	38	44	53	53	43	44	40	41	36	34	-2
México	49	53	52	51	44	46	63	53	53	59	54	48	43	42	49	40	37	48	48	38	38	0
Costa Rica	0	80	83	69	81	71	77	78	67	73	75	83	67	74	72	65	53	57	60	62	63	1
Chile	52	54	61	53	54	45	50	51	57	59	56	46	51	59	63	61	63	65	54	55	58	3
Nicaragua	0	59	68	72	62	43	63	51	39	57	56	61	58	55	58	50	50	48	41	40	51	11

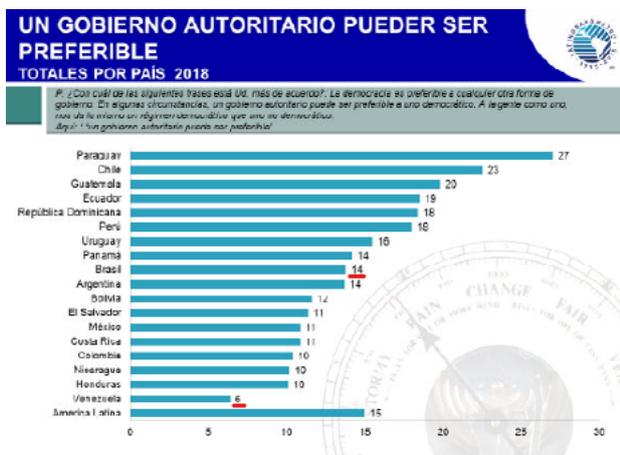
Fonte: Latinobarómetro 2018. Grifo nosso.

Outro fator citado por Baquero (1998) como importante para a formação do credo democrático, por parte dos cidadãos, é a qualidade de vida. Ao analisarmos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos dois países no ano de 2019, o Brasil encontra-se na posição 79º do ranking mundial, com o IDH em 0,761, enquanto a Venezuela ocupa a posição 97º, com o IDH em 0,726, ambos na categoria “desenvolvimento elevado” da classificação estabelecida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no Relatório do Desenvolvimento Humano 2019. Além disso, o relatório também apresenta o IDH ajustado à desigualdade (IDHAD), no qual o Brasil aparece com IDHAD de 0,574, enquanto a Venezuela apresenta um índice de 0,600. Considerando que o IDH é medido numa escala de 0 a 1, no qual quanto mais perto do 1 maior o índice de desenvolvimento humano, os dados apresentados no relatório de 2019 mostram que, apesar do Brasil ter um IDH maior que a Venezuela, também possui mais desigualdade social.

Nesse sentido, os dados do IDH corroboram com os fatores citados por Baquero (1998), pois

o Brasil, que possui o menor apoio a democracia em relação à Venezuela, também é o país mais desigual nessa comparação. Ainda que o apoio à democracia e a construção do credo democrático dependam de outros fatores, como o próprio autor apresenta, a qualidade de vida é um fator extremamente importante para a construção da visão de mundo do cidadão, bem como para a construção da sua cultura política.

Quando a pesquisa do Latinobarómetro inverte a pergunta, tratando de regimes autoritários e o apoio que os mesmos receberiam, pode-se perceber uma inversão no ranking, corroborando com os dados apresentados no Gráfico 2. A seguir, o Gráfico 4 nos apresenta o ranking dos países que cogitam um governo autoritário como melhor opção, ou como solução para os problemas enfrentados. Nesse ranking a Venezuela, que no Gráfico 2 aparece como o país que mais apoia a democracia, fica em último lugar, ou seja como o país que menos apoia regimes autoritários. Enquanto o Brasil aparece em 9º lugar, com um pouco mais que o dobro da porcentagem que corresponde à Venezuela.

Gráfico 4 – Apoio a regimes autoritários.

Fonte: Latinobarómetro 2018. Grifo nosso.

Juntamente com o Informe Latinobarómetro, foi lançado um artigo com análises feitas por Marta Lagos, diretora do Latinobarómetro há mais de 20 anos. O artigo tem o nome de *"El fin de la tercera ola de democracias"*, onde a autora defende que a terceira onda de democracias na América Latina teria chegado ao fim em 2018. Segundo Lagos (2018, 6), *"los resultados que se presentan en el año 2018 muestran que éste es el peor de todas las mediciones anteriores, por lo que éste puede denominarse como un "annus horribilis" para la región"*.

A autora levanta, ainda, uma discussão de extrema importância dentro das temáticas de teorias democráticas: a classificação das democracias. Para a autora, algumas das características que classificam um regime como democrático se perderam na América Latina, como, por exemplo, a defesa dos direitos humanos e as eleições livres e competitivas, citando a Venezuela e a Nicarágua como exemplos no artigo (Lagos 2018). São classificados como países democráticos, ainda que a Organização das Nações Unidas (ONU) esteja considerando a Venezuela como um "estado de exceção", o que significa que o país está em situação oposta ao Estado democrático de direito. Marta Lagos afirma que é necessário que haja uma reclassificação das democracias e que se necessário se criem novos tipos híbridos, para classificar e encaixar esses novos fenômenos que estão surgindo na América Latina. Nas palavras

da autora: *"nos hace falta una reflexión teórica profunda sobre la democracia que pueda reclasificar las autocracias nuevas en América Latina y el mundo en general"* (Lagos 2018, 4).

Os dados apresentados no Latinobarómetro ao longo dos anos indicam que a confiança dos cidadãos no sistema político, nos seus representantes e, até mesmo, a confiança interpessoal têm diminuído, ao passo que a percepção da corrupção e a crise de representação política têm crescido. As crises políticas, sociais e econômicas na América Latina são visíveis, somando ao afastamento da participação política e a desconfiança que aumentam a cada nova pesquisa, pode-se afirmar que o regime democrático, ao menos da forma como as teorias os descrevem, está em risco na América Latina.

Marta Lagos afirma, ainda, que pode ser difícil reconhecer esse rompimento com o regime democrático, já que ele não ocorre por meios militares ou por golpes de Estado, mas pelo que a autora chama de "autoritarismos eleitorais", ou seja, os governos autoritários assumem o poder por meio das eleições, com apoio dos cidadãos. Nas palavras enfáticas da autora, *"sin militares, sin armas, es más difícil reconocer la pérdida de democracia"* (Lagos 2018, 6).

Considerações finais

Tratar da temática de democracia em países que têm vivido períodos conturbados, como o Brasil e a Venezuela, não é uma tarefa fácil, tão pouco temos a pretensão de esgotar o assunto nessa breve exposição. Buscou-se, aqui, estabelecer uma comparação entre países que possuem cenários históricos e características semelhantes, mas desenvolveram visões diferentes sobre a democracia. Apresentamos, no decorrer desta exposição, várias semelhanças entre os países e, também, em relação a cultura política da América Latina, que afeta ambos os países, no entanto, os dados em relação ao apoio à democracia são muito diferentes.

Em relação à economia, em ambos os países há a percepção negativa da situação econômica, juntamente com a percepção de estagnação, de que o país não está em progresso. No Brasil

podemos considerar que o compromisso com o equilíbrio fiscal diminuiu muito a capacidade do Estado promover o desenvolvimento econômico e o progresso. Já na Venezuela, a percepção de progresso é quase inexistente. Aqui, devemos considerar a polarização violenta entre as forças políticas da Venezuela, patrocinada pelas oligarquias que foram desalojadas do poder nos governos de Hugo Chávez. Essas oligarquias, que tentam neutralizar o governo bolivariano, sempre estiveram articuladas com os EUA, e o embargo econômico promovido pela superpotência da América do Norte, reforça o discurso de resistência democrática, por parte dos governos de Chávez e Maduro. Já no Brasil, o processo de inclusão social e econômica, que estava em curso desde os anos 2000, foi interrompido em 2016 e substituído pelo equilíbrio fiscal neoliberal.

O apoio à democracia parece não estar relacionado com a situação econômica em que se encontra o cidadão na Venezuela, já no Brasil, essa relação pode ser comprovada, uma vez que possui um apoio menor e um índice de desigualdade maior. Assim, podemos considerar a relação entre baixo apoio à democracia, desigualdade social e situação econômica negativa no Brasil, como Baquero (1998) aponta. Na Venezuela não existiu uma ruptura política, como houve no Brasil em 2016, do processo de diminuição da desigualdade social.

A cultura política brasileira está mais propensa a cogitar governos autoritários para solucionar problemas enfrentados no país, enquanto a cultura política venezuelana está mais voltada para um regime democrático, e há maior rejeição a governos autoritários. É interessante salientar que a Venezuela está envolvida, atualmente, em diversas polêmicas, nas quais se questiona se ainda há um regime democrático no país, discussão levantada, inclusive, pela ONU. E, ainda assim, os cidadãos se mostram enfáticos ao defender a democracia, e o governo na Venezuela também tem muito apoio dos cidadãos. Mesmo sendo considerado um governo autoritário, foi eleito democraticamente. O que nos leva a considerar os questionamentos levantados por Marta Lagos e instigar o leitor a participar desse debate: as teorias democráticas

existentes são suficientes para explicar os regimes de governo da América Latina atual?

Referências

Arendt, Hannah. 1981. "Prólogo". In *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Baquero, Marcello; Castro, Henrique, Carlos O.; González, Rodrigo S. 1998. *A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política*. Porto Alegre/Canoas: Ed. Universidade/UFRGS/Centro Educacional La Salle de Ensino Superior.

Baquero, Marcello. 2011. *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*, organizador Marcello Baquero. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Delgado, Fernanda; Stier, Klaus; Febraro, Júlia; Marques, João V. 2017. "Precisamos falar sobre Venezuela: Impactos petropolíticos e reflexos para o Brasil". FGV. http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19483/Coluna%20Opinio_Dezembro-Venezuela_FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Fonseca, André D.; Da Silva, Silvio L. A. 2020. "O neoliberalismo em tempos de pandemia: o governo Bolsonaro no contexto de crise da covid-19". *Agora* 22, 2 (setembro): 58-75. <http://doi.org/10.17058/agora.v22i2.15461>

G1. 2016. Manifestantes fazem maior protesto nacional contra o governo Dilma. *G1 Política*, (março). <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contra-governo-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>

Lagos, Marta. 2018. "El fin de la tercera ola de democracias". *Latinobarómetro*. www.latinobarometro.org/latdocs/Annus_Horribilis

Latinobarómetro. *Informe Latinobarómetro 2018*. <https://www.latinobarometro.org/jsp>

Moisés, José A. 1990. *A política contra a participação*. São Paulo: Editora Marco Zero.

Schimidt, João P. 2001. *Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2019. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019*. <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2019.html>

Victorino, Mauricio N. 2019. *Uma avaliação do governo Dilma com foco em seu programa de governo*. Trabalho de conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Zaine, Marizelma F.; Roveri, Maísa Q. 2012. "A importância do pré-sal na economia brasileira e suas oportunidades". Trabalho apresentado no 10º *Simpósio de Ensino de Graduação*, 23 a 25 de outubro de 2012. <http://www.unimep.br/phpg/mostracademica/anais/10mostra/4/273.pdf>

Zero, Marcelo. 2017. "Para entender a Venezuela". *Instituto de Estudos Latino-americanos*. <https://iela.ufsc.br/noticia/para-entender-venezuela>

Domingos Sávio Campos de Azevedo

Professor da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), em São Borja, RS, Brasil.

Fernanda Weirich

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), em São Borja, RS, Brasil.

Os textos deste artigo foram revisados pela Zeppelini Publishers e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação